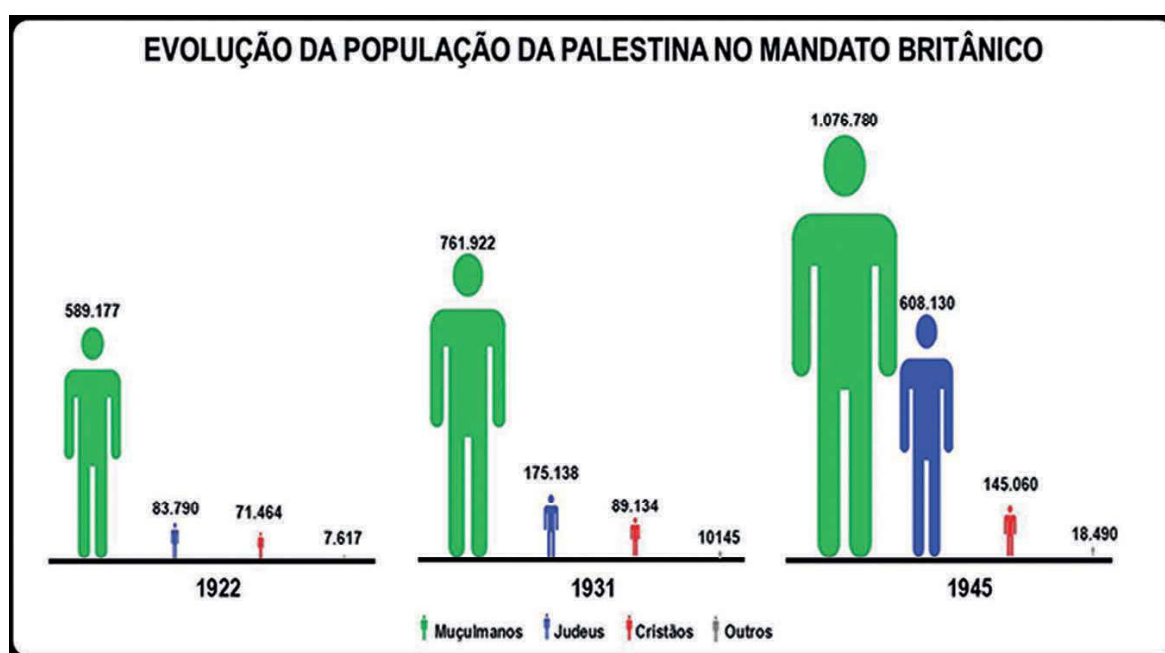


3. O MANDATO BRITÂNICO

No decorrer da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Grã-Bretanha, após várias tentativas falhadas, invadiu a Palestina a partir da sua fronteira sul com o Egipto. Em Dezembro de 1917 o general Allenby ocupou Jerusalém e no ano seguinte conquistou o Norte do país.

A Palestina era estratégica para a Grã-Bretanha, não só do ponto de vista militar mas também político. A «Declaração Balfour», emitida ainda antes de se estabelecer como ocupante militar, providencia o mote que daí em diante definirá a actuação britânica na Palestina.

Os Palestinos não se mostraram favoráveis à ocupação militar do seu país pela Grã-Bretanha, e logo em 1919, no I Congresso Árabe Palestino, mostraram-se abertos a uma



Em 1922 e 1931 foram realizados censos.

Em 1945 houve um estudo demográfico. Neste período a população judaica cresceu quatro vezes mais que a população árabe (muçulmana e cristã).

integração regional numa «Grande Síria». Em 1920, o III Congresso constituirá o Executivo Árabe, uma organização governativa palestina não reconhecida e continuamente reprimida pelos Britânicos.

A conferência de San Remo, em 1920, e a Liga das Nações, em 1922, atribuem à Grã-Bretanha responsabilidades governativas na Palestina, no que ficou conhecido como Mandato Britânico para a Palestina. Este, no seu preâmbulo, explicitava encontrar-se sob a alçada da «Declaração Balfour» e no artigo 2.º estabelecia o fim último de «colocar o país sob condições políticas, administrativas e económicas que assegurarão a criação de um lar nacional judaico».

Para além desta premissa, o Mandato reconhece ainda legalmente a Organização Sionista como a organização representativa e porta-voz da comunidade sionista na Palestina (conhecida como Novo Yishuv). Paralelamente à repressão e não reconhecimento do Executivo Árabe, o Mandato abre a porta à existência de um governo «autónomo» para os colonos, na figura do Conselho Nacional Judaico (Va'ad Leumi). É também o Mandato que impõe o hebraico moderno como uma língua oficial na Palestina, numa clara concessão e favorecimento ao movimento sionista.

No censo britânico de 1922, contavam-se 752 048 habitantes: 78% muçulmanos, 11% judeus, 10% cristãos e 1% outros. A colonização sionista tinha-se iniciado havia 40 anos, em 1882, com o colonato de Rishon LeZion, a sul de Jaffa, e os seus efeitos eram já notórios. O proliferar de colónias fortificadas por toda a Palestina revelava um aumento da população judaica, maioritariamente de origem europeia, de menos de 20 000 em 1850 para 83 000 em 1922.

Esta escalada demográfica foi uma constante durante todo o Mandato, em resultado dos esforços das organizações sionistas — a que se juntou em 1929 a Agência Judaica —, da permissividade e protecção britânica e das evoluções políticas na Europa. Em 1933, a Agência Judaica assinou um controverso acordo com o governo nazi, o «Acordo Haavara» (Acordo de Transferência), que fez disparar o número de colonos que se instalam na Palestina.

Em 1936, o enorme afluxo de colonos e um agravamento das condições económicas dos Palestinos ditam o início do que ficou conhecido como Grande Revolta (1936-1939). Em Abril, os Palestinos iniciaram uma greve geral que durou seis longos meses

e que foi acompanhada de manifestações, protestos e acções de guerrilha. Formou-se o Alto Comité Árabe, para liderar politicamente a revolta e reivindicar a tão desejada independência nacional. Em resposta, os Britânicos, através da Comissão Peel, propuseram a criação de um Estado judaico em parte da Galileia, com a inerente limpeza étnica da população palestina dessa porção de território, a manutenção da presença britânica num corredor de Jerusalém a Jaffa e a anexação do resto da Palestina ao emirado da Transjordânia.

A quase extinção da Grande Revolta e o aproximar da Segunda Guerra Mundial na Europa levaram a Grã-Bretanha a repensar a sua política na Palestina, com vista a apaziguar os Palestinos. Com a publicação do Livro Branco, em Maio de 1939, o Império Britânico avançou uma ilusória forma de compromisso. Este documento propunha a independência do território num prazo de 10 anos, a limitação da imigração sionista por cinco anos, e ainda restringia fortemente a aquisição de terras por parte do movimento sionista. Tanto os Palestinos como os sionistas rejeitaram este documento e as suas propostas. Com as restrições à imigração impostas pelos Britânicos, o sionismo organizou a imigração clandestina (*aliyah bet*). Mais 110 000 judeus terão entrado na Palestina por esta via entre 1939 e 1948.

Rejeitando o Livro Branco, facções paramilitares do movimento sionista lançaram-se contra o ocupante britânico pela primeira vez desde o início do Mandato. Os grupos Irgun (1937-1948) e Lehi, também conhecido como Grupo Stern (1940-1948), desencadearam acções terroristas visando a expulsão dos Britânicos da Palestina. Um dos maiores atentados foi o ataque ao Hotel King David, quartel-general britânico na Palestina, em Novembro de 1946. Esta insurgência paramilitar dos seus aliados contribuiu para que a Grã-Bretanha entregasse a solução da questão da Palestina à recém-criada Organização das Nações Unidas, em Fevereiro de 1947.

Em Maio de 1947 foi criado o Comité Especial das Nações Unidas para a Palestina (UNSCOP), constituído por 11 países, que deveria analisar a situação, visitar a região e redigir recomendações que decidiriam o futuro do país. Os Palestinos boicotaram o Comité, vendo-o como um inaceitável mecanismo de ingerência, enquanto os sionistas aproveitaram a situação para lançar uma campanha maciça de *lobbying* e persuasão.



O Grupo Stern colaborou com a Irgun no ataque terrorista ao Hotel King David, em Jerusalém, em Julho de 1946, no qual morreram cerca de 100 pessoas, militares e civis.

A Agência Judaica coordenou a chegada de navios repletos de imigrantes com a visita do Comitê à Palestina. A Palestina que o Comitê das Nações Unidas conheceu foi, em grande medida, a área colonizada pelo movimento sionista.

O Comitê publicou dois documentos com propostas finais. Um maioritário propondo a partição do território em dois Estados, e um minoritário prevendo a independência e unidade territorial do país.

Durante o Mandato Britânico, a composição demográfica da Palestina alterou-se bastante. Os Judeus cresceram de pouco mais de 10% da população, em 1922, até constituírem um terço do total, cerca de 608 000 pessoas, em 1946. Os Palestinos, muçulmanos e cristãos, continuavam, no entanto, a ser a grande maioria dos 1 850 000 habitantes da Palestina em 1946.

Também a propriedade fundiária se alterou. Em 1922 as organizações judaicas possuíam 65 000 hectares de terras e em 1946 tinham 162 500 hectares, que, no entanto, eram apenas 6,2% do total do território e 12% das terras aráveis.

No dia 29 de Novembro de 1947, após uma intensa campanha de *lobbying*, chantagem e ameaças por parte de representantes sionistas e dos Estados Unidos, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Resolução 181, que previa a partição da Palestina em dois Estados, um judaico e outro árabe.

As estimativas do UNSCOP, posteriormente revistas para considerar a integração do enclave de Jaffa no Estado Árabe e a contabilização da população beduína, apontavam para que o Estado Judaico, constituído em 56% do território, englobaria 499 000 judeus e 510 000 palestinos, o Estado Árabe, que seria constituído em 43% do território, englobaria 820 000 palestinos e 10 000 judeus, e a área de Jerusalém e Belém, que formaria um *corpus separatum* administrado internacionalmente, teria uma população de 100 000 judeus e 105 000 palestinos.

Os intentos coloniais sionistas recebiam agora a legitimação internacional por que tanto ansiavam para, com recurso à violência, abrir caminho à criação do seu Estado.